



### ANEXO III

#### Termo de compromisso do cadastramento COM ALTERAÇÃO NA RENDA FAMILIAR

Eu \_\_\_\_\_,  
CPF \_\_\_\_\_, Prontuário \_\_\_\_\_, beneficiário do  
Programa de Auxílio Permanência (PAP) do Câmpus Itaquaquecetuba no ano de 2021,  
declaro que sou aluno(a) frequente desta instituição e que me responsabilizo em utilizar  
os auxílios concedidos para os seus devidos fins.

Solicito o cadastramento no PAP e renovação dos auxílios para o ano de 2022, e declaro  
que a última informação socioeconômica apresentada por mim **SE ALTEROU e  
HOUE MUDANÇAS** no meu grupo familiar, **assinale com um X:**

- Alteração de dados bancários  
 Alteração de Endereço - Comprovante de Residência  
 Alteração de Integrante(s) do Grupo Familiar – Informe se incluiu ou  
excluiu alguém. Informe quem e o grau de parentesco:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

- Alteração da Renda do(s) Integrante(s) do Grupo Familiar – Informe de  
quem se alterou a renda e o grau de parentesco:

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Eu, \_\_\_\_\_,  
estou ciente de que devo informar qualquer alteração de dados à Coordenadoria  
Sociopedagógica e que, caso decida desistir/abandonar e/ou trancar/cancelar o curso  
deverei informar formalmente o setor. Declaro, ainda, que estou de acordo com as regras  
do Programa e os requisitos para participar do cadastramento. A omissão ou falsidade  
de informações pertinente à seleção resultará em exclusão do programa e devolução dos  
valores por mim recebidos, a fim de ressarcir os cofres públicos da União.

Itaquaquecetuba, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ 2022.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Estudante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável pelo estudante (com menos de 18 anos)

**\*Código Penal – FALSIDADE IDEOLÓGICA**

*Art. 299: Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:*

*Pena - reclusão de um a cinco anos e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos e multa, se o documento é particular.*